



VIVÊNCIAS ESPORTIVAS NA ESCOLA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE JOGOS ESTUDANTIS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE¹

Luiza Aguiar dos Anjos
Leandra Fernandes Resende
Lucilene Alencar das Dores

RESUMO

Esse trabalho apresenta a experiência de construção e execução de uma proposta de jogos escolares realizados na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH). O relato é oriundo das reflexões de três professoras pertencentes à equipe de coordenação e planejamento do projeto. Os dados descritos retratam o percurso até a concretização de uma ação que dialoga com as Proposições Curriculares do Ensino da Educação Física da RME-BH e respeita as práticas docentes realizadas nas escolas, não sobrevalorizando a competição, a seletividade e a vitória. Acredita-se que, apesar de suas falhas e limitações, a ação serviu para incentivar docentes a diversificar e qualificar suas práticas e para expor aos discentes uma forma mais cooperativa de vivenciar os jogos e práticas esportivas.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos Estudantis; Educação Física Escolar; Esporte Educacional.

INTRODUÇÃO

Nesse texto, apresentamos uma descrição do processo de construção de um projeto de Jogos Estudantis no Município de Belo Horizonte, a partir de uma demanda localizada na Secretaria Municipal de Educação. Em seguida, tecemos discussões e reflexões a partir das experiências realizadas em suas duas edições, baseados em registros próprios, oriundos de nossa participação enquanto membros da organização, e de documentos avaliativos do projeto. Diante disso, este trabalho tem por objetivo analisar o processo de construção e execução do JOVEM enquanto uma proposta de jogos estudantis na rede municipal de educação de Belo Horizonte, possibilitando refletir sobre os conteúdos da educação física escolar frente à organização de tais ações.

Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED - se sentiu desafiada a desenvolver uma proposta que qualificasse o aprendizado que vinha sendo desenvolvido com os estudantes do terceiro ciclo² do ensino fundamental. Especialmente a

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

² A organização em ciclos é uma adequação da escola considerando o desenvolvimento biológico, social e cultural de crianças, pré-adolescentes e adolescentes. Ou seja, adequação de tempos, espaços, conhecimentos, metodologias e vivências que visem melhores condições para as aprendizagens. O ensino fundamental consiste em nove anos de escolarização distribuídos em três ciclos. O terceiro ciclo corresponde ao 7º, 8º e 9º anos de

partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB³, identificava-se uma queda de desempenho nesses anos, quando comparados aos anos anteriores. Enquanto os dois primeiros ciclos da Rede de Educação atingiam um índice de 5,8 (próximo ao valor desejado), o 3º ciclo apresentava um índice de 3,8. Assim, a pergunta feita pela equipe SMED, responsável pela elaboração dessa proposta, foi: O que fazer para proporcionar uma melhoria na educação pública ofertada a adolescentes e jovens?

Sabíamos que a proposta deveria estar afinada com as realidades das escolas, respeitando seus territórios educativos e diálogos com as comunidades escolares. Além disso, deveria ter consistência para fortalecer de maneira significativa os processos formativos de ensino e aprendizagem já construídos, estando em consonância com as Proposições Curriculares do 3º Ciclo da Rede Municipal de Educação⁴, sendo ainda capaz de provocar a participação efetiva dos adolescentes e jovens incentivando o protagonismo juvenil.

Assim, a partir de então, vários encontros foram organizados para discutir os alicerces dessa proposta. O primeiro movimento se deu em junho de 2010, no qual gerências regionais de educação se reuniram e levantaram possíveis temas para serem desenvolvidos em um projeto para o 3º ciclo, a fim de manter a motivação e permanência dos estudantes ao longo das séries finais do ensino fundamental e consequente melhora do IDEB. Os temas levantados foram: empreendedorismo juvenil, jogos estudantis, clube de leitura, clube de ciências e o uso de tecnologias presentes nas escolas.

Tinha-se o intuito de que ações em torno desses temas articulassem entre si e com os trabalhos já desenvolvidos na escola, de forma a unir forças em torno de um mesmo objetivo: a melhoria da qualidade do aprendizado no 3º ciclo. Nesse sentido, essa proposta dialoga com conceito de políticas públicas, defendido por Munhoz (2008, p. 66), no qual “uma política pública não se reduz a um ato isolado. Pressupõe-se que as ações se articulam em torno de determinados eixos que formam um denominador comum (um setor de intervenção ou um problema a ser tratado, por exemplo)”.

Dando continuidade ao movimento, a equipe que acompanha o 3º ciclo da Secretaria de Educação, reuniu-se em algumas escolas municipais com direções escolares, professores e

escolarização do ensino fundamental, ou seja, aos estudantes que possuem faixa etária compreendida entre 12 a 15 anos.

³ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e em taxas de aprovação. Assim, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça é preciso que o estudante aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

⁴ Entre os anos de 2007 e 2008, a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), elaborou de forma coletiva - com a participação dos professores, coordenações pedagógicas, acompanhantes das escolas da RME-BH, assessores e consultores – as Proposições Curriculares para o Ensino Fundamental. Trata-se de um documento que apresenta orientações sobre o currículo a ser desenvolvido nos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino fundamental.

estudantes a fim de levantar premissas para a construção de um projeto que atendesse as especificidades desse ciclo.

De acordo com os registros levantados por Silva e Ribeiro (2012)⁵, os estudantes, quando questionados sobre o que a escola poderia oferecer para concretizar uma trajetória escolar que os apoiasse na orientação para o futuro, apresentaram as respostas: oficinas, mais cursos, laboratório de ciências, aulas de informática com professor e com recursos materiais, música na hora do recreio, aulas de português para o mercado de trabalho, produção de texto oral, aulas de primeiros socorros, aulas de educação física (qualificação/organização) e aulas de língua estrangeira (inglês). Os professores, por sua vez, apontaram a realização de seminários regionalizados envolvendo docentes e coordenações pedagógicas das escolas, um mapeamento das experiências pedagógicas do 3º ciclo da rede de educação, investimento em feiras de ciências, competições esportivas regionalizadas e municipais, feiras de literatura, clube de leitura, clube de ciências, intercâmbios culturais.

Após muitos encontros e reuniões realizadas ao longo de 2010 e 2011 com os atores⁶ que participam direta ou indiretamente da educação pública municipal de Belo Horizonte, surgiu o *Projeto 3º ciclo: Sujeitos e Práticas*. Este projeto consistia no desenvolvimento de três ações: a Jornada Literária, a Feira de Ciências, Cultura e Tecnologia; e o JOVEM – Jogos e Vivências Esportivas das Escolas Municipais, sendo esse último o foco central desse texto.

O JOVEM seria uma ação que atenderia aos anseios de professores e, principalmente, dos estudantes na realização de jogos estudantis, e que se fundamentaria nos princípios norteadores das Proposições Curriculares deste ciclo, possibilitando uma oportunidade de diálogos entre os docentes da rede municipal e suas práticas pedagógicas, além de provocar um movimento de intercâmbio entre as escolas e estudantes. A Secretaria de Educação constituiu então, uma equipe de professores de educação física, da qual fazíamos parte, para formular a proposta e ser indutora desta ação.

Uma vez construído um primeiro escopo, a SMED convidou as escolas⁷ a participar do desenho da ação. A ideia inicial era considerar as opiniões e interesses dos professores e,

⁵ Silva e Ribeiro publicaram um artigo, em uma revista de circulação interna da Secretaria de Educação, que aponta, entre outras questões, a trajetória de construção do Projeto 3º ciclo.

⁶ Com a organização sistemática dos encontros para discussão do Projeto, as escolas por vezes, não conseguiam manter um mesmo professor ausente na unidade escolar para participar das reuniões. Assim, tivemos a participação de oficinairos, agentes culturais e funcionários da escola, sem a regularidade do ator envolvido nas reuniões, mas com assiduidade da escola na construção do projeto.

⁷ Foram encaminhadas às escolas, através dos acompanhantes pedagógicos da Secretaria de Educação, um caderno com a descrição sucinta das três ações do Projeto 3º Ciclo. O acompanhante apresentava a proposta para as direções escolares, e os professores que julgavam ter maior afinidade com uma das ações poderiam se inscrever.

com isso, fazê-los corresponsáveis, participando efetivamente da construção da proposta, o que se caracterizou como o grande diferencial dessa experiência em relação a eventos esportivos do qual tínhamos conhecimento. Além desse momento de reflexão coletiva, esse trabalho possibilitou refletir as práticas que já vinham sendo executadas na escola, bem como revelar as demandas dos estudantes por meio do professor, atuando nesse caso como mediador.

OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROPOSTA

Enquanto ação proposta pela Secretaria Municipal de Educação, o JOVEM não poderia deixar de buscar coerência entre seus eixos norteadores e os documentos que referenciam o trabalho da disciplina de Educação Física na rede, em especial as Proposições Curriculares. Essa tarefa, contudo, se mostrou desafiadora.

Publicado em 2010 a partir de um trabalho feito junto aos professores da rede, as Proposições Curriculares da Educação Física identificam essa disciplina enquanto a responsável pela organização do conhecimento acerca das práticas corporais de movimento⁸, possuindo, ainda, um vínculo orgânico com os princípios de formação humana defendidos pela Rede de Educação de Belo Horizonte (RME-BH).

São citados, então, enquanto conteúdos a serem trabalhados na Educação Física: jogos, brinquedos e brincadeiras; esportes; danças; lutas; ginásticas. Mais do que apenas diversificar as manifestações desenvolvidas nas aulas, entende-se que os conteúdos devem ser trabalhados de forma a atribuir sentido e significado ao movimento humano, o que abarcaria três movimentos:

- 1) o saber – que corresponde a um tema, à proposta de aprendizagem de um determinado conhecimento/saber dentre os diferentes conteúdos culturais da Educação Física;
- 2) o saber fazer – vivência por meio de experiências de movimentos que signifiquem aquele determinado conhecimento/saber a ser aprendido e ressignificado durante a aula;
- 3) reflexão sobre esse saber e saber fazer – ênfase nos aspectos que significam e já significaram historicamente aquele determinado conhecimento/saber. Reflexão sobre as transformações e reconstruções que este “saber” e “saber fazer” vêm ganhando ao longo da história e sobre as influências culturais nessas mudanças (BRACHT, 1997 In SECRETARIA, 2010, p. 54).

⁸ De acordo com as proposições curriculares da Rede Municipal de Belo Horizonte Educação Física como componente curricular da Educação Básica responsável pela organização do conhecimento acerca do que se convencionou chamar de práticas corporais de movimento; são as práticas produzidas pelo homem e que se manifestam por meio dos esportes, das danças, das lutas, da ginástica, da capoeira, dos jogos e das brincadeiras. (SECRETARIA, 2010, p. 47).

Essa perspectiva propõe, assim, situar os conhecimentos próprios da Educação Física no seio da cultura, reconhecendo que os saberes que envolvem o corpo e o movimento possuem dimensões biológicas, mas também cognitiva, histórica, afetiva, linguística, estética, dentre tantas outras, que se expressam de forma indissociável.

Nessa abordagem, há um redirecionamento especialmente marcante no tratamento dado aos esportes. O que se observava nas décadas anteriores era que a Educação Física Escolar servia à instituição esportiva de alto rendimento, tendo como funções centrais o estímulo à prática e, sobretudo, a detecção de talentos, constituindo-se como a base da chamada pirâmide esportiva. Para Millen Neto e colaboradores (2007), dentro desse contexto, os Jogos Estudantis tinham uma relação de duplo sentido com a escola: um *fim* para a Educação Física, visto que se tornava o objetivo final do que era desenvolvido nas aulas do ano; um *meio* para a promoção do esporte (de rendimento), “pois caberia aos Jogos Estudantis constituir o segundo patamar da pirâmide esportiva” (MILLEN NETO *et al.*, 2007, p. 2).

Ao construir as primeiras propostas do JOVEM, ainda numa discussão que se restringia à Secretaria Municipal de Educação, tinha-se clareza de que o intuito inicial não era retomar tal tipo de evento esportivo. Contudo, ao ampliar a discussão para o grupo de professores da RME-BH nos deparamos com reivindicações de torneios dentro de tais moldes, trazendo à tona conflitos que vão além puramente dessa ação, relacionando-se, em suas origens, com as especificidades da Educação Física escolar.

Defendemos – naquele momento e ainda hoje – que a escola possui códigos e funções próprios, e o esporte escolar, sendo um de seus constituintes, deve assumi-los e incorporá-los. Concordamos com VAGO (1996) na crença de que a escola é capaz de produzir uma cultura escolar do esporte, cuja prática seja problematizada e capaz de construir novas possibilidades de vivências. O fenômeno esportivo deve, assim, ser objeto de análise, gerando questionamentos, construção e desconstrução de saberes. A apropriação do esporte pela escola deve gerar um “esporte *da* escola”, que se embasa nos códigos e sentidos da cultura escolar, e não um “esporte *na* escola”, que apenas toma seu espaço.

Entendendo que apenas seria possível ser uma ação que se relaciona com o esporte *da* escola, se estabelecêssemos canais de diálogo com os atores de tais práticas – estudantes e professores – foi proposto que o JOVEM fosse construído de forma coletiva⁹, por meio de encontros com os docentes que, por sua vez, representariam, também, seus discentes. Essa

⁹ É necessário pontuar que o Projeto Básico do JOVEM teve de ser aprovado internamente, junto à Secretaria de Educação, antes dos encontros com os professores, como forma de garantir a realização do mesmo. Dessa forma, questões, sobretudo de ordem financeira, limitavam as propostas que poderiam ser levadas adiante.

proposta visava, ainda, apropriar-se dos diferentes saberes e experiências que os educadores da rede poderiam trazer. Mais além, acreditava-se que uma ação construída democraticamente, e não imposta pelos gestores da educação, ganhava legitimidade e credibilidade entre os educadores.

Refletindo acerca da gestão democrática, Marques defende que:

A participação ampla assegura a transparência nas decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação (MARQUES, 1990, p.21).

Na primeira edição do JOVEM, realizada em 2011, os encontros serviram, especialmente, para construir os Regulamentos Geral e Específicos dos jogos. Entre uma série de questões que poderiam ser descritas aqui, destacamos as seguintes decisões estabelecidas nesse ano: haveria a disputa tanto de esportes, quanto de jogos; as regras das modalidades seriam adaptadas, de forma a considerar as habilidades e aprendizagens individuais; as partidas seriam mediadas de forma educativa por estudantes de Educação Física, e não por árbitros; a premiação – medalha – seria concedida a todos os participantes; diversos aspectos seriam considerados na pontuação das equipes¹⁰, como forma de valorizar o processo, para além dos resultados dos jogos.

Apesar disso, notamos que ainda havia grande resistência na inserção de jogos ou modalidades tradicionalmente menos praticadas pelos estudantes, dentro e fora das escolas. Além disso, tanto nas reuniões, quanto nos encontros no Parque, foi notável que a proposta de esporte *educacional* não havia sido abraçada por todos os educadores. Tais indícios apontavam para a necessidade de encontros de formação nos quais pudéssemos discutir esses aspectos, potencialmente qualificando as próximas versões do JOVEM.

Assim, em 2012, propôs-se um cronograma de encontros que abarcava dois momentos: um primeiro, de formação de professores, e um segundo, de construção do regulamento daquele ano. A formação dessa segunda edição desenvolveu três temas centrais: 1) a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência¹¹, no qual pudemos vivenciar o *goal ball* e a bocha; 2) Esporte de Rendimento e Esporte Educacional, no qual participamos, também, de oficinas ministradas por alguns professores da rede, a partir de projetos

¹⁰ Cumprimento do horário de chegada no parque, confecção de um banner registrando a Fase Escola, criação de uma mascote, identificação da escola por meio de uma camiseta para os estudantes, participação no desfile de abertura. A escola poderia, ainda, ser despontuada em casos de: desrespeito às outras equipes, aos colegas de equipe ou ao mediador de jogo; não participação em alguma partida (W.O.); não apresentar o número mínimo de estudantes por modalidade, recebimento de determinado número de cartões amarelos e/ou vermelhos.

¹¹ Essa formação foi ministrada por membros do Programa Superar, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

desenvolvidos em suas escolas. Os conteúdos dessas oficinas foram: “futebóis”, dança, corrida de orientação, *parkour* e golfe¹²; 3) Questões de gênero na Educação Física¹³.

Apesar de acreditarmos na validade dessa formação, novamente as modalidades esportivas tradicionais foram escolhidas pela maioria do grupo para compor o JOVEM, não sendo incluída nenhuma das modalidades paralímpicas vivenciadas. Muitos professores disseram que os estudantes não teriam condições de competir nesses esportes, visto que teriam pouco tempo para aprendê-los. Além disso, o futsal manteve-se como uma modalidade cuja disputa era dividida por sexo, diferente de todas as demais. Essas questões e argumentos apresentados, entre tantas outras, demonstra que ainda temos muito a avançar na discussão acerca dos objetivos da Educação Física Escolar.

O RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

Um dos desafios enfrentados para a construção dos jogos foi à definição da natureza das práticas esportivas, ou seja, o foco sendo na competição ou na participação dos estudantes. Vários foram os pontos de vista apresentados e defendidos pelos professores¹⁴. Nesse momento, a equipe responsável pela organização da ação, precisou intervir, a fim de garantir que as práticas esportivas respeitassem os códigos e funções da escola. Entendemos que o esporte da escola precisa resgatar os valores de solidariedade e respeito humano, pois compreendemos que o jogo pode ser feito “a dois”, e que é diferente jogar “com” o companheiro e jogar “contra” o adversário (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Utilizamos para a fundamentação da nossa proposta o conceito de esporte educacional apontado pela Constituição brasileira:

desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e prática do lazer (BRASIL, Lei nº 9.615/98, artigo 3º, 1998).

Embasados por essas fundamentações teóricas e pelas discussões construídas coletivamente junto aos docentes da rede de educação que compunham aquele grupo, optou-se por chamar esta ação que estava sendo construída como Festival Esportivo, para

¹² As discussões e oficinas foram ministradas ou coordenadas pela professora Eustáquia Salvador, consultora educacional contratada pela Secretaria Municipal de Educação.

¹³ Essa formação foi ministrada por membros do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero, da Secretaria Municipal de Educação.

¹⁴ Destacamos aqui, o motivo pelo qual a equipe teve que intervir. Devido à diversidade de professores de educação física existentes na rede, diferentes formações acadêmicas – no sentido de tempo de formação, olhar sobre a área -, diferentes concepções de educação física, muitos ainda pensavam tais eventos como possibilidades de seleção de atletas, de formação de times das escolas, como competições que refletem o modelo de alto rendimento.

posteriormente ser reconhecido pelo nome JOVEM – Jogos e Vivências Esportivas das Escolas Municipais. A intenção na escolha do nome foi provocar um distanciamento desta ação para as práticas esportivas intituladas como campeonatos ou torneios que, em sua maioria, seguem os moldes das competições de alto rendimento.

Das 104 escolas municipais que possuem o 3º ciclo do ensino fundamental na Rede Municipal de Belo Horizonte, 37 aderiram à participação no JOVEM em 2011, dando início a um período de cinco meses de encontros com os docentes¹⁵. Os primeiros encontros com os professores das escolas que aderiram à ação foram marcados pelo confronto entre as diferentes concepções referentes às práticas corporais de movimento de responsabilidade da educação física escolar e, sobretudo, as concepções teóricas que embasariam os jogos estudantis, temática central das reuniões.

Foi estabelecido que o JOVEM ocorreria em duas fases¹⁶: uma escolar e outra municipal, como tentativa de envolver um maior número estudantes e professores na ação. A primeira fase, realizada no interior das escolas, pretendia possibilitar que os discentes escolhessem e vivenciassem os jogos e esportes, construindo o regulamento geral e específico adaptado à realidade da própria escola, confeccionando os uniformes e uma mascote que simbolizasse a unidade na fase seguinte. Nesse momento, também coube ao professor, juntamente com seus estudantes, criar estratégias para eleger os participantes que representariam a escola na fase municipal.

A segunda fase foi o momento de encontro das escolas envolvidas na ação em um parque público do município, onde as práticas esportivas¹⁷ – futsal, vôlei, peteca, corrida, damas e xadrez – e jogos – “futebol de prego”, queimada, cabo-de-guerra e rouba bandeira –, previamente escolhidas pelo coletivo, se tornaram oportunidade de intercâmbio entre os estudantes das diversas escolas. As regras que regiam as modalidades no evento foram acordadas nas reuniões com professores, de forma a unificar normas e adaptar regras pré-existentes às realidades dos estudantes da RMBH, processo já iniciado na fase escolar. Nos

¹⁵ Apontamos que, apesar da proposta estar ligada aos conteúdos desenvolvidos nas aulas de Educação Física, tivemos a participação de professores de diferentes áreas, seja pela ausência de um docente especialista na escola ou pela falta de interesse do professor de educação física.

¹⁶ Para organização da execução das fases, foi previsto no regulamento Geral as seguintes comissões: de Organização, composta por representantes da SMED; Técnica, composta por membros da SMED e professores das escolas participantes; e a Educativa, representada por membros da SMED, professores e estudantes das escolas participantes.

¹⁷ A proposta inicial visava possibilitar aos estudantes vivências das diversas práticas corporais da educação física. Entretanto, na primeira edição não foi possível abarcar todos esses conteúdos. Ressaltamos, que cada ano, a seleção das práticas corporais de movimento foi realizada pelo coletivo de professores (representando a voz dos estudantes). Dessa forma, não havia a obrigatoriedade da permanência de uma determinada prática nos Jogos e Vivências Esportivas das Escolas Municipais (JOVEM).

intervalos dessas atividades, desfrutamos da “Parada Cultural”¹⁸, momento que possibilitou a vivência de outras práticas corporais da educação física escolar. Destacamos que, esta atividade surgiu a partir da demanda dos estudantes durante a fase municipal, sendo organizada, na primeira edição, de maneira improvisada.

A proposta agregou mais participantes em sua segunda versão. Em 2012, atendeu 73 escolas municipais, mais que 100% de aumento na adesão quando comparado ao ano anterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do breve panorama apresentado até aqui – do início do processo de criação do JOVEM, da busca por experiências que fugissem da competitividade extremada, da execução e realização de duas edições que apresentassem um modelo baseado na construção coletiva dos regulamentos; do fato de ser um projeto situado em um contexto de políticas públicas de educação – nos cabe levantar alguns apontamentos e reflexões sobre a ocorrência dessa ação nas nossas escolas e na rede municipal de educação de Belo Horizonte como um todo¹⁹.

A princípio, esperava-se que os jogos seriam um reflexo do que acontecia nas aulas de educação física, e que sua criação na rede municipal de educação pudesse desestabilizar esse quadro, interferindo no cotidiano escolar ao incentivar e fomentar novas possibilidades de trabalho, para além das práticas restritas à queimada para as meninas e ao futsal para os meninos, ou ainda baseado no chamado “*quarteto fantástico*” que se limita a quatro modalidades esportivas: vôlei, basquete, futsal e handebol.

No entanto, a partir dos relatos de professores, não podemos dizer que a ocorrência dessa ação tenha criado um grande impacto ao longo do ano na escola. Entre outras questões, identificamos como ponto desfavorável a isso o número reduzido de estudantes que têm a possibilidade de participar da chamada fase municipal, ou seja, dos dias de jogos no parque. Cientes do problema desde o início, não encontramos alternativas, uma vez que há limitações

¹⁸ A Parada Cultural foi o nome atribuído ao movimento organizado pelos estudantes, com apoio da Comissão Organizadora, no intervalo reservado para o almoço dos participantes, a fim de possibilitar um momento para as apresentações de práticas corporais de movimentos não contempladas no encontro (diferentes de jogos e esportes), ou seja, danças, lutas, movimentos ginásticos, entre outros.

¹⁹ Ressaltamos a importância do registro de ações como esta, bem como a realização de uma avaliação mais aprofundada dos “efeitos” da existência dessa ação. Tanto de forma qualitativa, quanto quantitativa. Conforme destaca Menicucci (2008) a avaliação de uma política pública “busca responder às seguintes perguntas: O que foi feito? Como foi feito? E por que foi feito?”, e, nesse sentido, pode servir para pensar, repensar e planejar ações. A avaliação é, ainda, um instrumento gerencial para permitir decisões mais informadas pelos formuladores de políticas, bem como para prestar contas a população.

em termos de estrutura física, de recursos humanos e financeiros que impedem o aumento do número efetivo de participantes dessa fase do JOVEM.

Nesse sentido, sabemos que a inclusão de poucos e exclusão de muitos discentes na fase municipal não impede, ou até reforça a necessidade da constituição de critérios de seleção dos estudantes. Como a sistematização de tal escolha é deixada a cargo dos professores, muitas vezes são priorizados aqueles que têm uma habilidade maior com os esportes, ou capacidades físicas mais desenvolvidas como a força, velocidade e resistência²⁰, podendo trazer de volta à escola, a ideia de seleção de talentos, que contradiz o discurso que tentamos problematizar por meio do JOVEM. Nesse sentido, reiteramos a pergunta apresentada por Millen Neto *et al* (2007):

por que, enquanto o reforço das demais disciplinas escolares é direcionado para os alunos que apresentam dificuldades em lidar com seus respectivos conteúdos, na EF os alunos que têm maior facilidade são destacados para compor as equipes de treinamento extra-curriculares?

Entendemos que a existência efetiva de uma fase escolar, envolvendo todos os estudantes do terceiro ciclo, antes da fase municipal, pode potencializar a própria existência dessa ação, que passa a ser mais do que apenas alguns dias de jogos para um grupo restrito de estudantes, ampliando, assim, seus desdobramentos nas escolas. Essa primeira fase se encontra como parte da proposta do JOVEM, embora não tenha acontecido de forma satisfatória²¹. Entre outras razões, isso pode ter ocorrido devido ao fato dessa ação ser recente, tendo sido realizadas somente duas edições. Isso faz com que os professores ainda não planejem seu cronograma anual, já considerando a realização dessa fase.

Outro ponto dificultador é a organização do calendário de execução do JOVEM. Existem fluxos e processos do recurso orçamentário disponibilizado pela Secretaria de Educação que atrasam a definição do início da ação, conseqüentemente comprometendo a divulgação e inscrição das escolas, a apresentação da proposta e a realização dos encontros com os professores para seleção das atividades que serão realizadas na fase municipal e a construção ou adequação do regulamento perante aquele coletivo. Assim o tempo parece ser insuficiente para a organização da fase escolar.

Um ponto interessante a ser observado é que, mesmo incluindo jogos, junto aos esportes, de forma a valorizar as diversas práticas corporais realizadas nas aulas de educação física escolar e além disso, de ter como princípios norteadores do JOVEM a valorização da

²⁰ Em conversas informais ao longo do evento, muitos professores nos expuseram seus métodos de seleção. Vários deles levaram à fase municipal os alunos e equipes vencedores de uma espécie de seletiva, exemplificando a ideia pontuada.

²¹ Isso foi identificado em formulários avaliativos encaminhados por todos os professores que participaram do JOVEM para a Comissão Organizadora.

participação, o respeito à maneira de jogar dos estudantes das escolas da rede, o *fair play* às outras equipes, deixando, em teoria, a competição em segundo plano, a necessidade de unificar as regras dos jogos e esportes, que seriam utilizadas durante os dias de jogos na fase municipal, acaba fazendo com que haja uma esportivização das brincadeiras, ou seja, uma institucionalização de regras comuns aos jogos, como no caso do cabo de guerra e da queimada.

Outra questão que muitas vezes dificulta o avanço da proposta é a falta de registro do desenvolvimento da ação. Isso se percebe ao longo de todo o processo: nos primeiros encontros de professores da rede municipal, nas reuniões de planejamento do JOVEM, na realização das fases escolar e municipal e nos momentos fechamento do trabalho. A avaliação final do projeto se restringe à formulários enviados pelos professores envolvidos, não havendo a criação de um relatório completo das atividades. Nesse sentido, muito se perde: críticas e sugestões dos participantes, estratégias utilizadas nas soluções de problemas, organizações da estruturação do espaço dos jogos, tabelas de jogos, distribuição dos recursos humanos necessários para execução da fase municipal e apontamentos que possibilitariam avanços na proposta. Mais do que isso, registros detalhados são importantes para possibilitar uma continuidade do desenvolvimento da ação nas próximas gestões e para a própria história das políticas públicas de educação e lazer do município.

Enfim, sabemos que ainda há muitas falhas, tanto na construção quanto na execução do JOVEM, mas reconhecemos também que este processo pôde apresentar novas possibilidades de pensar os jogos e práticas esportivas. Além disso, proporcionou um novo momento para a educação física na rede municipal de BH, constituindo um espaço de troca de experiências entre pares docentes e discentes. As reuniões de planejamento e avaliação, bem como a realização da fase municipal, gerou o encontro dos professores de educação física que muitas vezes realizavam suas práticas de forma isolada. Esses momentos ampliaram o intercâmbio entre docentes, proporcionando reflexões sobre suas prática, o que pode (e deve), inclusive, continuar após o JOVEM. Para os estudantes da rede de educação, devido à distribuição territorial de Belo Horizonte em regionais e a dificuldade do deslocamento urbano dentro da capital, a fase municipal do JOVEM possibilitou a redução das distâncias que os separam, o que favoreceu o encontro dos pares, a interação com os outros e a possibilidade de construção de novos laços de amizade. Podemos ir além, pois é no encontro com o outro que reconhecemos e valorizamos o local de onde viemos, nossa cultura, nossos amigos e conseqüentemente, nossa escola.

SPORTS EXPERIENCES IN SCHOOL: AN REPORT OF STUDENT GAMES IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF BELO HORIZONTE

ABSTRACT

This paper presents the experience of building and executing a proposition of school games held in the municipal schools of Belo Horizonte (RME-BH). The report is originated from the thoughts of three teachers belonging to the coordination team and project planning. The described data portray the route full of challenges for the achievement of an action that speaks to the Propositions of Curriculum for Teaching Physical Education in the RME-BH and respects the teaching practices carried out in schools, not overappreciating competition, selectivity and victory. It is believed that, despite its flaws and limitations, the action served to encourage teachers to qualify and diversify their practices and to expose students to a more cooperative way of experiencing games and sports.

Keywords: School Games; School Physical Education; Educacional Sports.

EXPERIENCIAS DE DEPORTES EM LA ESCUELA: UM RELATO DE EXPERIENCIA DE JUEGOS ESCOLARES EN LAS ESCUELAS MUNICIPALES DE BELO HORIZONTE

RESUMEN

En este trabajo se presenta la experiencia de construcción y ejecución de juegos de la escuela propuestas realizadas en escuelas municipales de Belo Horizonte (RME-BH). Este informe procede de los reflejos de tres profesores pertenecientes al equipo de coordinación y planificación de proyectos. Los datos descritos retratan la ruta llena de retos para el logro de una acción que habla a las Propuestas de Curriculum de Enseñanza de Educación Física de RME-BH y respeta las prácticas docentes llevadas a cabo en las escuelas, no sobrevalorizando competencia, la selectividad y la victoria. Se cree que, a pesar de sus defectos y limitaciones, la acción sirvió para animar a los profesores para calificar y diversificar sus prácticas y exponer a los estudiantes a una experiencia de juegos más cooperativos y deportes.

Palabra clave: Juegos Estudiantiles, Educación Física, Deporte Educativo.

REFERÊNCIAS

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: O estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (orgs). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Autores Associados 2008, p. 179-202.

MILLEN NETO, A. R.; FARIA, C. N.; TROTTE, S. M. S. In: *Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Pernambuco: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Grupo de Trabalho Temático de Políticas Públicas, 2007.

VAGO, T. *O esporte na escola e esporte da escola: da negação radical para uma relação de tensão permanente. Um diálogo com Valter Bracht*. Revista Movimento, Porto Alegre,

UFRGS, 3, n.5, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE. *Proposição Curricular para o Ensino Fundamental da RM-BH de Educação Física – 3º ciclo*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 2010.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, D. B.; RIBEIRO, T. R. *Projeto 3º ciclo: sujeitos e práticas – uma construção em rede*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação (SMED), 2012.